



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CARTA CONTRATO Nº 01/2020

CARTA-CONTRATO N. 01/2020/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0002700-23.2019.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE CARIMBOS.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME**, CNPJ **27.644.518/0001-14**, com sede na Avenida Sete de Setembro, 1229, Bairro Centro, CEP: 76.801-097, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 99245-0755 / 99200-9705 / 3302-0884, E-mail(s): luizcontador.ro@gmail.com, neste ato representada pelo Senhor **NATAN BATISTA CABRAL**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 19.786-SSP/RO e CPF 037.157.792-68.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços 05/2019-SLC.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação: DESPACHO Nº 16/2020 - PRES/DG/GABDG, de 08/01/2020.

DO OBJETO**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é prestação de serviço de confecção de carimbos, além de serviços correlatos, para atender às necessidades da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo – SPEA do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme condições e especificações constantes neste instrumento e quantidades estimadas abaixo:

QUADRO 1 – CARIMBOS E AFINS		
LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Carimbos de madeira até 10 cm2	60
	Carimbos de madeira 10 a 20 cm2	50
	Carimbos de madeira acima de 20 cm2	70
	Carimbos de madeira redondos até 3 cm de diâmetro	30
	Carimbos de madeira redondos acima de 3 cm de diâmetro	10
	Carimbos auto-tintados - Printer 20	30
	Carimbos auto-tintados - Printer 30	15
	Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	10
	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 20	15
	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 30	10
	Refil Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	10
	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 20	25



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 30	25
	Confecção de borracha carimbo auto-tintados redondos 30 mm	10

Subcláusula Primeira - Os carimbos deverão ser confeccionados em massa crua de borracha vulcanizável, com apoio sobre espuma e cabo de madeira do tipo cedro ou pinus, ou pelo sistema de fotopolímero com composição computadorizada, e ainda, nos casos de carimbos que não se valham desta descrição, com material que garanta a qualidade do objeto.

Subcláusula Segunda - Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa deste Tribunal, situada na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP 76.805-859, em Porto Velho/RO.

Subcláusula Terceira – O quantitativo especificado no objeto é estimado, não obrigando a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste ajuste.

Subcláusula Quarta - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Termo de Referência correspondente, a Proposta da CONTRATADA e a Cotação de Preços respectiva.

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

(Artigo 5º da Instrução Normativa 01/2010/SLTI/MPOG)

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA deverá atender aos critérios de sustentabilidade indicados no item 3.5 do Termo de Referência respectivo, conforme segue:

I – Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e

V - observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da contratação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto a observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 06 de 15 de março de 2013 no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços serão prestados mediante Requisição da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE-RO, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária, observadas as condições a seguir:

1. Os carimbos deverão ser entregues na referida Seção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da Requisição pela CONTRATADA;
2. Serão fornecidos modelos dos carimbos a serem confeccionados e não serão aceitos aqueles que não corresponderem ao modelo expresso;
3. A CONTRATADA deverá substituir os carimbos que apresentarem defeito de fabricação ou desatenderem às especificações exigidas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas; e
4. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer danos materiais que porventura vier a causar durante a execução dos serviços descritos no presente instrumento, como por exemplo: lascas, riscos e/ou outras avarias nas portas, arquivos, mesas e armários, etc.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e seu § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 02/02/2020, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 7.595,00** (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais), consoante a proposta da CONTRATADA, referente aos seguintes serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Carimbos de madeira até 10 cm2	und	60	12,00	720,00
2	Carimbos de madeira 10 a 20 cm2	und	50	15,00	750,00
3	Carimbos de madeira acima de 20 cm2	und	70	20,00	1.400,00
4	Carimbos de madeira redondos até 3 cm de diâmetro	und	30	20,00	600,00
5	Carimbos de madeira redondos acima de 3 cm de diâmetro	und	10	23,00	230,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6	Carimbos auto-tintados - Printer 20	und	30	37,00	1.110,00
7	Carimbos auto-tintados - Printer 30	und	15	42,00	630,00
8	Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	und	10	65,00	650,00
9	Refil para carimbos auto- tintados - Printer 20	und	15	13,00	195,00
10	Refil para carimbos auto- tintados - Printer 30	und	10	17,00	170,00
11	Refil Carimbos auto- tintados redondos 30 mm	und	10	20,00	200,00
12	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 20	und	25	14,00	350,00
13	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 30	und	25	16,00	400,00
14	Confecção de borracha carimbo auto-tintados redondos 30 mm	und	10	19,00	190,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CARTA-CONTRATO - R\$					7.595,00

Subcláusula Primeira – O quantitativo acima especificado é estimado, não obrigando a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste ajuste.

Subcláusula Segunda – Nos valores ora detalhados estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, constantes no Orçamento Ordinário 2020, mediante Nota de Empenho 2020NE000005, datada de 13/01/2020, Programa de Trabalho 02122003320GP0011, Natureza da Despesa 33903016, a ser reforçada durante a vigência contratual (caso necessário), e consoante quadro resumo a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Manutenção Geral (Ordinário)
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Material de Consumo
PLANO INTERNO	AOSA CONSUM

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento, observadas as retenções legais, será efetuado mensalmente, após a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, acompanhada das respectivas requisições e devidamente certificada pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE-RO (SPEA), mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 10º (décimo) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada definitivamente.

Subcláusula Primeira – O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Fatura/Nota Fiscal desacompanhada da respectiva solicitação de serviços, quando for o caso, ou não atestadas pelo respectivo gestor/fiscal da contratação.

Subcláusula Segunda - No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, FAZENDA FEDERAL, JUSTIÇA DO TRABALHO e CNJ, e apresentar as certidões negativas respectivas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Quarta - Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.

Subcláusula Sexta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Sétima - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Nona - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Décima - A compensação financeira prevista na Subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

(Artigo 67 da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização da presente Contratação serão exercidas pelo titular da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA) do TRE-RO, ou por seu substituto, em suas ausências legais, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Única - A atuação ou a eventual omissão da Gestão e da Fiscalização durante a execução da contratação não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Solicitar a realização dos serviços, mediante formulário próprio de requisição de serviços, a qual será emitida pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE-RO, cujas primeiras vias deverão ficar de posse da CONTRATADA, para efeito de controle e prestação de conta mensal;
- b) Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d) Dar conhecimento à CONTRATADA, acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
- e) Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;
- f) Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo as regras desta Carta-Contrato;
- g) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazos previstos nesta Carta-Contrato;
- h) Notificar a CONTRATADA, em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- i) Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- j) Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir;
- l) Promover o acompanhamento e a fiscalização da presente Carta-Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- m) Emitir os Termos de que o material recebido está de acordo com as especificações, atestando a fatura para posterior pagamento; e
- n) Cumprir as demais obrigações necessárias à gestão deste instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o objeto da presente Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e seus anexos;
- b) Executar os serviços/fornecimentos de acordo com as requisições emitidas pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE-RO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir de seu recebimento;
- c) Reparar/ corrigir/ refazer as suas expensas, no prazo determinado pelo CONTRATANTE, contados de sua notificação, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou de material/equipamento empregado;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da presente Carta – Contrato, não podendo ser arguido, para efeito da exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- e) Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao CONTRATANTE ou a terceiros e responsabilizar-se por quaisquer danos materiais que porventura vier causar, durante a execução dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- f) Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;
- g) Manter, durante a execução do serviço contratado, a condição de regularidade junto ao FGTS, INSS e FAZENDA FEDERAL e Justiça do Trabalho;
- h) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida nesta contratação;
- i) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
- j) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato;
- l) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os carimbos que apresentarem defeito de fabricação ou forem confeccionados em desacordo com as requisições e modelos apresentados;
- m) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;
- n) Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega ou de substituição de bens, a prorrogação de prazo do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal da contratação, decidir acerca desses requerimentos;
- o) Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO; e
- p) Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS PENALIDADES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta contratação, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93 e neste instrumento, observado o que segue:

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas neste instrumento sujeita a CONTRATADA à multa moratória, consoante o “caput” e §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor contratado, na seguinte forma:

- a) atraso injustificado de até 2 (dois) dias úteis na entrega ou substituição de carimbos, multa de 2% (dois por cento);
- b) atraso injustificado superior a 2 (dois) dias úteis e inferior a 04 (quatro) dias úteis na entrega ou substituição de carimbos, multa de 4% (quatro por cento);
- c) atrasos superiores a 04 (quatro) dias úteis na entrega ou substituição dos carimbos poderão caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação, podendo a Administração rescindir a Carta-Contrato e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) atraso injustificado no cumprimento de qualquer determinação do CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida pelo gestor/fiscal da contratação, poderá ensejar multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 03 (três) dias consecutivos; e
- e) atrasos injustificados superiores a 03 (três) dias, no cumprimento de qualquer determinação do CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida, poderá caracterizar a inexecução da obrigação, podendo a Administração rescindir a Carta-Contrato e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto da Carta-Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Carta-Contrato, na inexecução total e sobre o valor inadimplido, na inexecução parcial;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira - Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério e motivação do CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Quinta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas.

Subcláusula Sexta - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata.

Subcláusula Sétima - Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor deste instrumento.

Subcláusula Oitava - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

Subcláusula Nona - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Décima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Décima Primeira - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL
(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quarta – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Termo de Referência e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e na Resolução TSE 23.234/2010, e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil).

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 15 de janeiro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	NATAN BATISTA CABRAL Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/01/2020, às 15:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **NATAN BATISTA**

CABRAL, Usuário Externo, em 17/01/2020, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA**

SANTOS, Auxiliar Administrativo(a), em 17/01/2020, às 09:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS**

SILVA, Chefe de Seção, em 17/01/2020, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 150 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SPEA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no art. 6º, IX e art. 7º, I, ambos da Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO, elaboramos o presente Projeto Básico para que, através do procedimento legal pertinente, seja formalizada a contratação de pessoa jurídica especializada para confecção e fornecimento no fornecimento de carimbos, para suprir às necessidades da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo deste Tribunal.

2. DO OBJETO

2.1. Da especificação

2.1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de confecção de carimbos, além de serviços correlatos, para suprir às necessidades da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo deste Tribunal, conforme planilha abaixo:

QUADRO 1 – CARIMBOS E AFINS		
LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Carimbos de madeira até 10 cm2	60



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Carimbos de madeira 10 a 20 cm2	50
Carimbos de madeira acima de 20 cm2	70
Carimbos de madeira redondos até 3 cm de diâmetro	30
Carimbos de madeira redondos acima de 3 cm de diâmetro	10
Carimbos auto-tintados - Printer 20	30
Carimbos auto-tintados - Printer 30	15
Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	10
Refil para carimbos auto-tintados - Printer 20	15
Refil para carimbos auto-tintados - Printer 30	10
Refil Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	10
Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 20	25
Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 30	25
Confecção de borracha carimbo auto-tintados redondos 30 mm	10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2 – Do material a ser confeccionado

2.2.1. Os carimbos deverão ser confeccionados em massa crua de borracha vulcanizável, com apoio sobre espuma e cabo de madeira do tipo cedro ou pinus, ou pelo sistema de fotopolímero com composição computadorizada, e ainda, nos casos de carimbos que não se valham desta descrição, com material que garanta a qualidade do objeto.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Da necessidade

3.1.1. A aquisição de carimbos é notoriamente necessária para o bom e regular andamento das atividades administrativas e judiciais deste Tribunal.

3.1.2. A necessidade é notória para a clara e rápida identificação da autoridade ou servidor que assina os mais diversos documentos diariamente produzidos por este Tribunal. Além disso, a natural movimentação nas equipes exige a confecção de carimbos para fazer face às atualizações e adequações de postos e cargos nas diversas unidades.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1.3. Verifica-se, portanto, necessária a manutenção de um contrato de fornecimento de carimbos para suprir as necessidades rotineiras deste Tribunal.

3.2. Do planejamento estratégico

3.2.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

3.2.2. Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2018, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

3.2.3. Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores, atividades;

3.3. Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

3.3.1. Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

3.4. Do agrupamento em lote

3.4.1. O agrupamento em lotes é uma ferramenta posta à disposição da Administração para a contratação de produtos ou serviços que guardem estreita relação entre si, visando sempre a economicidade, a padronização e a eficiência administrativa.

3.4.2. No objeto em questão, verifica-se a necessidade de formação de lote, para a aquisição de carimbos, pelos seguintes motivos:

I – A reunião em lote favorece a economicidade, visto que se os itens fossem contratados isoladamente teriam um custo maior, pois há demanda de pequenos quantitativos que, se contratados isoladamente, ficariam mais onerosos à Administração, sendo mais vantajosa sua contratação em lote, por conta do notável ganho de escala. Ademais, poucos fornecedores manifestariam interesse em uma contratação para fornecimento de cinco unidades de determinado carimbo e, se o fizessem, certamente o fariam com preços deveras elevados. Na contratação em lote dos itens em questão, aumenta-se a competitividade entre interessados, tornando o objeto economicamente viável.

II – A reunião em lote também favorece a economia processual, visto que o custo com a autuação, tramitação e gestão de diversos processos seria muito alta para o fornecimento, por exemplo, de cinco unidades de um determinado carimbo para um fornecedor e cinco unidades para outro. Fomentar-se-ia o peso da burocratização em detrimento do princípio constitucional da eficiência administrativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – Outro fator importante é o respeito à integridade qualitativa do objeto a ser executado, bem como a padronização dos itens fornecidos, visto que com a contratação em lote ter-se-á um padrão de qualidade no fornecimento do material, evitando a confusão de carimbos de diversos modelos, cores, dimensões e qualidades. Na contratação em lote, mantêm-se idênticos os estilos, modelos e designs dos itens que guardam estreita relação entre si.

3.5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.5.1. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa n. 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente produtos que atendam os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental do artigo 5º:

I – Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.5.2. As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto a observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 06 de 15 de março de 2013 no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.

3.5.3. O Projeto Básico contempla o pedido de compra de borrachas e refis de carimbo, medida que permitirá o reaproveitamento dos materiais em desuso.

4. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Da apresentação de propostas

4.1.1. O prazo de validade da proposta apresentada será de 60 (sessenta) dias.

4.1.2. As empresas que desejarem participar deverão informar nas suas propostas comerciais os valores unitários e totais dos itens contidos no Quadro 1 deste PB. **O setor responsável pelo processamento da cotação confirmará as especificações cotadas.**

4.1.3. Com o objetivo de efetivamente avaliar as características técnicas dos serviços ofertados, as participantes **poderão** encaminhar com as propostas comerciais, folhetos informativos que detalhem os carimbos e os refis que serão entregues.

4.1.4. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

4.1.5. As propostas apresentadas mediante preenchimento deste formulário de cotação de preços serão julgadas pelo critério do **MENOR PREÇO DO LOTE DE SERVIÇOS**, observado o cumprimento dos requisitos de participação e de qualificação definida neste documento.

4.2. Da aceitação da proposta

4.2.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

a) O fornecimento dos serviços contidos nos itens deverá obedecer estritamente às especificações constantes da Pesquisa de Mercado nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05/2019/SLC, especialmente no que concerne aos valores, quantidade e qualidade;

b) Não serão aceitos os produtos que apresentem qualquer vício de qualidade ou impropriedade para uso ou que prejudiquem o fim a que se destinam.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão prestados mediante Requisição da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo, conforme a necessidade do TRE/RO.

5.2. Os carimbos deverão ser entregues na referida Seção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da Requisição pela contratada.

5.3. Serão fornecidos modelos dos carimbos a serem confeccionados e não serão aceitos aqueles que não corresponderem ao modelo expresso.

5.4. A contratada deverá substituir os carimbos que apresentarem defeito de fabricação ou desatenderem às especificações exigidas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.5. A contratada se responsabilizará por quaisquer danos materiais que porventura vier a causar durante a execução dos serviços descritos no presente instrumento, como por exemplo: lascas, riscos e/ou outras avarias nas portas, arquivos, mesas e armários, etc.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Habilitação Jurídica, consistente em:

a) Inscrição e regularidade no CNPJ;

6.2. Regularidade Fiscal:

a) Certidão de Regularidade da Fazenda Federal e INSS;

b) Certidão de regularidade do FGTS – CRF;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Certidão do CNJ do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

7. DO VALOR

7.1. Do menor preço obtido

7.1.1. O valor estimado da aquisição é de **R\$ 7.595,00 (Sete Mil Quinhentos e Noventa e Cinco Reais)**. Esse valor foi obtido por meio Cotação de Preços n. 05/2019-SLC efetuada no mercado local de Porto Velho/ RO.

7.2. Da cotação de preços

7.2.1. Os valores unitários foram obtidos por meio da Cotação de Preços nº. 05/2019-SLC, realizada no Mercado local do Município de Porto Velho/ RO e teve as seguintes empresas como participantes, bem como a seguinte composição de valores abaixo transcritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3
1	Carimbos de madeira até 10 cm2	UND	60	900,00	900,00	720,00
2	Carimbos de madeira 10 a 20 cm2	UND	50	1.000,00	1.000,00	750,00
3	Carimbos de madeira acima de 20 cm2	UND	70	1.750,00	1.400,00	1.400,00
4	Carimbos de madeira redondos até 3 cm de diâmetro	UND	30	600,00	600,00	600,00
5	Carimbos de madeira redondos acima de 3 cm de diâmetro	UND	10	250,00	250,00	230,00
16	Carimbos auto-tintados - Printer 20	UND	30	1.200,00	900,00	1.110,00
7	Carimbos auto-tintados - Printer 30	UND	15	675,00	600,00	630,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8	Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	UND	10	900,00	600,00	650,00
9	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 20	UND	15	180,00	225,00	195,00
10	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 30	UND	10	150,00	150,00	170,00
11	Refil Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	UND	10	200,00	250,00	200,00
12	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 20	UND	25	375,00	250,00	350,00
13	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 30	UND	25	450,00	375,00	400,00
14	Confecção de borracha carimbo auto-tintados redondos 30 mm	UND	10	200,00	100,00	190,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE						
				8.830,00	7.600,00	7.595,00

7.3. Da Contratação Direta por Dispensa de Licitação (Art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93)

7.3.1. Considerando que os preços obtidos, verifica-se que os valores estão dentro dos limites de dispensa de licitação, atualizados pelo Decreto nº. 9.412/2018 - poderá a Administração realizar a despesa com dispensa de licitação com fulcro no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/93**.

7.4. Da empresa vencedora

7.4.1. As empresas que participaram da Cotação de Preços foram as seguintes:

Empresa 1: AZEVEDO E MORAES SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ 14.237.752/0001-85

Empresa 2: BRAGA & TEIXEIRA LTDA, CNPJ 07.554.206/0001-02

Empresa 3: CABRAL FABRICACAO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI, CNPJ: 27.644.518/0001-14



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.4.2. A Empresa que se sagrou vencedora com o menor preços para o item deste Projeto Básico: é a CABRAL FABRICACAO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI, CNPJ: 27.644.518/0001-14.

7.5. Dos documentos de habilitação

7.5.1. São os seguintes os documentos comprobatórios de habilitação das empresas participantes:

EMPRESAS	HABILITAÇÃO JURÍDICA	HABILITAÇÃO FISCAL
1	Evento 0485451	Evento 0485451
2	Evento 0485453	Evento 0485453
3	Evento 0485455	Evento 0485455

8. DO CRONOGRAMA

8.1. A aquisição decorrente do futuro contrato a ser firmado com a empresa vencedora do certame obedecerá a necessidade e disponibilidade orçamentária. Não é possível prever, neste momento, cronograma de aquisição, pois a necessidade não se sujeita a demanda uniforme ou previsível. A execução se dará por meio de requisição contendo o objeto e quantidade, no valor a ser apresentado na proposta.

9. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

9.1. A aquisição especificada no presente Termo de Referência será custeada pelo Orçamento Ordinário do exercício de 2020-2021 conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Manutenção Geral (Ordinário)
AGREGADOR	Operação dos Serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Administrativos
DESPESA AGREGADA	Material de Consumo
PLANO INTERNO	AOSA CONSUM
VALOR ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO DE 2020	R\$ 12.247,00

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93, será firmado contrato para regular a relação entre a Administração Contratante e a Contratada, terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

10.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá estar regular junto a Fazenda Federal ou à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS e a Certidão Negativa de Improbidade junto ao CNJ.

10.3. Se a compromissária se recusar a receber a Nota de Empenho ou se não apresentar situação regular no ato da emissão do referido documento, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor total contratado.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento, observadas as retenções legais, será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das respectivas requisições e devidamente certificada pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 10º (décimo) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada definitivamente.

11.2. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais desacompanhadas da respectiva solicitação de serviços, quando for o caso, ou não atestadas pelo respectivo gestor/fiscal do contrato.

11.3. No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto a Fazenda Federal ou à Seguridade Social (INSS), ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS e a Certidão Negativa de Improbidade junto ao CNJ.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.6. A compensação financeira prevista no parágrafo quarto será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o objeto da presente Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e seus anexos;
- b) Executar os serviços/fornecimentos de acordo com as requisições emitidas pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, no prazo de 24 (Vinte e quatro) horas, a partir de seu recebimento;
- c) Reparar/ corrigir/ refazer as suas expensas, no prazo determinado pelo CONTRATANTE, contados de sua notificação, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou de material/equipamento empregado;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da presente Carta – Contrato, não podendo ser arguido, para efeito da exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- e) Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao CONTRATANTE ou a terceiros e responsabilizar-se por quaisquer danos materiais que porventura vier causar, durante a execução dos serviços;
- f) Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;
- g) Manter, durante a execução do serviço contratado, a condição de regularidade junto ao FGTS, INSS e FAZENDA FEDERAL e Justiça do Trabalho;
- h) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no Instrumento Convocatório;
- i) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- j) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato;
- l) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os carimbos que apresentarem defeito de fabricação ou forem confeccionados em desacordo com as requisições e modelos apresentados;
- m) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas à acordo entre as partes;
- n) Solicitar se necessário, dentro do prazo de entrega ou de substituição de bens, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Solicitar a realização dos serviços, mediante formulário próprio de requisição de serviços, a qual será emitida pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, cujas primeiras vias deverão ficar de posse da Contratada, para efeito de controle e prestação de conta mensal;
- b) Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d) Dar conhecimento à CONTRATADA, acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
- e) Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares os serviços prestados pela CONTRATADA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- f) Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista na subcláusula anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo as regras desta Carta – Contrato;
- g) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazos previstos nesta Carta – Contrato;
- h) Notificar a CONTRATADA, em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- i) Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- j) Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir;
- l) Promover o acompanhamento e a fiscalização da presente Carta-Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- m) Emitir os Termos de que o material recebido está de acordo com as especificações, atestando a fatura para posterior pagamento.
- n) A gestão e fiscalização do presente termo contratual ficará a cargo da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, a qual fará o acompanhamento e fiscalização de sua execução com observância das disposições contidas no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93 e na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste Projeto Básico sujeita a Contratada à multa moratória consoante o “caput” e §§ 2º e 3º



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

- a) atraso injustificado de até 2 (dois) dias úteis na entrega ou substituição de chaves, multa de 2% (dois por cento);
- b) atraso injustificado superior a 2 (dois) dias úteis e inferior a 04 (quatro) dias úteis na entrega ou substituição de chaves, multa de 4% (quatro por cento);
- c) atrasos superiores a 04 (quatro) dias úteis na entrega ou substituição de chaves poderão caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação, podendo a Administração rescindir o contrato e aplicar a Contratada as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) atraso injustificado no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida pelo gestor/fiscal da contratação, poderá ensejar multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 03 (três) dias consecutivos;
- e) atrasos injustificados superiores a 03 (três) dias, no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida, poderá caracterizar a inexecução da obrigação, podendo a Administração rescindir o contrato e aplicar a Contratada as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.
- f) poderão ser aplicadas à licitante vencedora, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste edital e seus anexos, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na inexecução total e sobre o valor inadimplido, na inexecução parcial;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

g) sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto Contratado, a Administração poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

h) na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração aplicar somente a penalidade de Advertência, e diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, penalidades mais severas;

i) o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicada à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

j) o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicada à CONTRATADA, deverá ser automaticamente descontada do pagamento da fatura a que fizer jus.

l) no caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

m) caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

n) caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste Contrato, seu valor será corrigido com juros de mora



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, conforme determina o art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e o Acórdão n. 1.603/2011 do Tribunal de Contas da União;

o) se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01);

p) no mesmo ato, o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

q) os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2;

r) as multas previstas nesta seção não eximem a ADJUDICATÁRIA ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante;

s) da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN TRE/RO n. 004/08;

t) as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas neste Edital, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico deste Tribunal.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. O titular da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, ou quem suas vezes fizer, será o responsável pela gestão e fiscalização do presente contrato, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas pela IN 04/2008-TRE/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. DOS ANEXOS

16.1. São anexos ao presente instrumento:

I – Propostas apresentadas na Cotação de Preços nº 05/2019/SLC:

Eventos [0485387](#), [0485452](#) e [0485454](#);

II – Comprovantes de habilitação jurídica das empresas participantes:

Eventos [0485451](#), [0485453](#) e [0485455](#);

III – Certidões de regularidade fiscal das empresas participantes:

Eventos [0485451](#), [0485453](#) e [0485455](#);

Em 13 de dezembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JOESER ALVARES DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 13/12/2019, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002700-23.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PROTOCOLO, EXPEDIÇÃO E ARQUIVO

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de confecção de carimbo para suprir a demanda deste Tribunal - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 2 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por iniciativa da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo – SPEA, com vistas à eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de carimbos,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para atender a demanda deste Tribunal ([0476212](#)), conforme especificado no item 2.0 do Termo de Referência 150 ([0487757](#)).

02. Consta no citado instrumento a especificação do objeto, justificativa, critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação da proposta, das condições de execução dos serviços, habilitação, do valor estimado, cronograma, da aderência ao planejamento orçamentário, da formalização do contrato, pagamento, obrigações das partes, sanções administrativas, da gestão e fiscalização e anexos.

03. Apesar da ampliada busca de preços no mercado, verifica-se que de 18 (dezoito) empresas consultadas apenas **03 (três)** empresas localizadas nesta Capital participaram da Cotação de Preços SLC nº 05/2019, demonstrando pelos documentos juntados aos autos as condições necessárias para a habilitação, a saber:

a. AZEVEDO & MORAES SERVIÇOS LTDA ME ([0485387](#)), CNPJ n. 14.237.752/0001-85, valor da proposta: R\$ 8.830,00;

b. BRAGA & TEIXEIRA LTDA ([0485452](#)), CNPJ n. 07.554.206/0001-02, valor da proposta: R\$ 7.600,00;

c. CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI ME ([0485454](#)), CNPJ n. 27.644.518/0001-14, valor da proposta: R\$ 7.595,00.

04. A proposta apresentada pela empresa CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME – CNPJ Nº 27.644.518/0001-14, sagrou-se vencedora, com o menor valor total de R\$ 7.595,00 (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais), consoante se depreende do item 7.4.2 do TR 150 ([0487757](#)).

05. Vieram aos autos os documentos de habilitação para aferir a conformidade da empresa na pretensa contratação com a Administração Pública - certidões negativas da Fazenda Pública Federal, INSS, FGTS, CNJ e JUSTIÇA DO TRABALHO ([0485455](#)).

06. O TR foi submetido a análise da COMAP ([0489362](#)) que concluiu estar o instrumento, complementado pela Cotação de Preços, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, manifestando-se pela adjudicação do objeto à empresa aqui indicada no item 04 desse opinativo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. A Informação 8756 da COFC traz aos autos a indicação da fonte orçamentária e financeira para suportar a pretensa despesa no exercício de 2020, todavia tal despesa não foi empenhada pela unidade pois depende da aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2020 ([0487910](#)).

08. Registre-se que a minuta de carta-contrato foi juntada aos autos no evento [0492494](#).

09. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica.

É o breve e necessário relato.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

10. A contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, uma vez que o valor estimado **7.595,00 (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais)** está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993**, já que houve regular cotação de preços entre as empresas especializadas no ramo de atividade do objeto a ser contratado, o que restou comprovado nos autos com a apresentação de 03 (três) propostas válidas ([0485456](#)).

11. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

12. Dessa feita, a cotação de preço levada a cabo no mercado local é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, quais sejam: **a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço**, consoante o disposto no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº. 8.666/1993.

13. De outro lado, o TR ([0487757](#)), complementado pela Cotação de Preços n. 05/2019, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratos, motivo pelo qual pode ser **aprovado pela autoridade competente**.

14. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME – CNPJ Nº 27.644.518/0001-14**, a qual apresentou habilitação regular em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010 (grifo nosso).

15. Por sua vez, a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, por seu titular, informa nos autos, evento [0491210](#), que naquele momento - 13/12/2019 - não seria possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2020 em tramitação no Congresso Nacional, mas que os valores informados para suportar a despesa com a pretensa contratação constam na proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2020 tramita no processo nº [0000737-77.2019.6.22.8000](#).

16. Nesse ponto cabe um parêntese para registrar a condicionante de que a contratação aqui pleiteada só



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderá ser **concretizada** com o prévio empenho formalizado, nos termos do art. 60 da Lei nº 4.320/64 c/c art. 167, inc. II da CF, **pois não se trata aqui de contratação por registro de preços.**

17. Com relação a minuta de Carta-Contrato (evento [0492494](#)), em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, contudo esta AJDG, com precedente na Decisão TCU nº 1336/06-Plenário, entende desnecessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da aquisição, situar-se nos patamares da dispensa legal. Todavia, aconselhamos que a publicação da contratação se dê no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

III - DA CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela possibilidade de contratação direta com a empresa **CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME – CNPJ Nº 27.644.518/0001-14**, por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, **desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação (FGTS) e prévio empenho antes da efetivação da contratação (vide item 16 deste opinativo), e**

b) pela **aprovação** do TR 150 ([0487757](#)) pela autoridade competente, com fundamento no **inciso I do § 2º do art. 7º da Lei n. 8.666/93**, visto que estão presentes os elementos essenciais definidos no inciso IX do ar. 6º dessa mesma lei.

19. Por fim, para cumprimento do parágrafo único, do art. 38, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato (evento [0492494](#))**.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 06/01/2020, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002700-23.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PROTOCOLO, EXPEDIÇÃO E ARQUIVO

ASSUNTO: Contratação direta por dispensa de licitação de empresa especializada em fornecimento de Carimbos.

DESPACHO Nº 16 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo – SPEA, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de carimbos, além de serviços correlatos, visando atender às necessidades do setor demandante deste Tribunal.

Carreou-se aos autos a Cotação de Preços n. 5/2019 ([0479754](#)) e as propostas apresentadas pelas empresas AZEVEDO & MORAES SERVIÇOS LTDA ME ([0485387](#)), CNPJ n. 14.237.752/0001-85, BRAGA & TEIXEIRA LTDA ([0485452](#)), CNPJ n. 07.554.206/0001-02 e CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI ME ([0485454](#)), CNPJ n. 27.644.518/0001-14.

Nos termos constantes da tabela do item 7.2 do Projeto Básico 150 (evento n. [0487757](#)), a proposta apresentada pela empresa **CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI**, CNPJ nº **27.644.518/0001-14**, sagrou-se vencedora, no valor total de R\$ 7.595,00 (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais).

A COMAP manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico juntado ao evento n. [0487757](#) e adjudicação do objeto à empresa **CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME - CNPJ Nº 27.644.518/0001-14** ([0489362](#)).

A COFC informou que, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício 2020, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2020, pendente de sanção presidencial, bem como de abertura do exercício financeiro 2020. Registrou, por fim, que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2020 tramita no processo nº [0000737-77.2019.6.22.8000](#), com previsão do valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) destinados às despesas objeto desta contratação ([0487910](#)).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Jurídico AJDG n. 2/2020 ([0493514](#)) opinou pela possibilidade de contratação direta da empresa **CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME - CNPJ Nº 27.644.518/0001-14**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, desde que houvesse atualização prévia dos documentos de habilitação (FGTS) e prévio empenho antes da efetivação da contratação. Opinou, ainda, pela aprovação do Termo de Referência SPEA n. 150 ([0487757](#)), bem como aprovou a minuta da Carta-Contrato juntada ao evento n. [0492494](#).

O Secretário SAOFC manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico e pela contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa que ofertou a melhor proposta válida para os itens a serem adquiridos, fundamentando sua manifestação nas razões expostas no parecer jurídico da AJDG e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, tendo em vista que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário ([0493578](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, tem-se como justificada a necessidade da pretensa aquisição, tendo em vista o bom e regular andamento das atividades administrativas e judiciais deste Tribunal, mais precisamente para a clara e rápida identificação da autoridade ou servidor que assinam os mais diversos documentos diariamente produzidos por este Tribunal, conforme registrado no **item 3 do TR** ([0487757](#)).

Na análise do presente feito, verificou-se que, apesar ampla busca de preços no mercado, das 18 (dezoito) empresas consultadas ([0479795](#) e [0481710](#)) apenas **03 (três)** empresas localizadas nesta Capital participaram da Cotação de Preços SLC nº 05/2019, demonstrando, pelos documentos juntados aos autos, as condições necessárias para a habilitação.

De todas as cotações obtidas verifica-se que a empresa **CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME - CNPJ Nº 27.644.518/0001-14** foi a que ofertou os melhores preços para os 14 (quatorze) itens constantes da Cotação de Preços 05/2020 ([0479754](#)).

Além disso, para aferir a conformidade da empresa na pretensa contratação com a Administração Pública, juntou-se aos presentes autos todos os documentos de habilitação necessários, tais como certidões negativas da Fazenda Pública Federal, INSS, FGTS, CNJ e JUSTIÇA DO TRABALHO ([0485455](#)), contudo a certidão de regularidade do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FGTS encontra-se com prazo de validade expirado, devendo ser atualizada antes da formalização da contrato.

Nos termos constantes do item 3.4 do TR n. 150 ([0487757](#)) verifica-se a necessidade de formação de lote tendo em vista a economicidade em todos os níveis (financeiro e processual), somado ao fato de que tal medida favorece a padronização dos itens e o maior interesse do mercado para o fornecimento de mais itens a este Tribunal.

No que tange aos critérios de **sustentabilidade ambiental**, o subitem 3.5 do TR ([0487757](#)) adotou os critérios consagrados de sustentabilidade estabelecendo que, para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize na produção dos bens, no todo ou em parte, materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis, de modo que nos termos registrados pelo INMETRO sempre envolva produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental, inclusive em suas embalagens, além da questão de cumprimento de todos os normativos vigentes no que diz respeito ao descarte de produtos e matéria-prima envolvidos em todos o processo.

Em que pese ainda não haver a obrigatória programação orçamentária, já que não estamos diante de uma contratação mediante registro de preços, cabe registrar que todos os procedimentos no processamento da presente contratação já estão sendo tomados por esta Administração visando a celeridade para a referida aquisição, contudo, antes da concretização da referida avença o prévio empenho deve ser formalizado.

Por fim, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, a Minuta de Carta-Contrato ([0492494](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica, por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, devendo, ainda, em que pese não ser cunho obrigatório, em homenagem ao princípio da publicidade, ocorrer a sua publicação no Diário da Justiça Eleitoral.

Assim, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, realizando-se a contratação, diretamente, com a empresa **CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME - CNPJ Nº 27.644.518/0001-14**, a qual ofertou o menor preço para o serviço em comento, no valor de **R\$ 7.595,00** (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais), conforme cotações existentes nos autos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por todo o exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta Diretora-Geral:

1 - Aprova o Termo de Referência SPEA n. 150 (0487757), complementado pela Cotação de preços n. 5/2019, porquanto possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93;

2 - Autoriza a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93;

3 - Determina a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, nos moldes do subitem 3.5 do Termo de Referência em questão, com fulcro na Lei 6.938/81; e

4 - Adjudica o objeto e autoriza a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 7.595,00 (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais) à empresa **CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME - CNPJ Nº 27.644.518/0001-14**.

Devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação pretendida, inclusive a atualização das certidões de regularidade fiscal, atenta à obrigatoriedade de formalização do prévio empenho, nos termos exigidos no art. 14 da Lei n. 8.666/93, art. 60 da Lei nº 4.320/64 c/c art. 167, inc. II da CF, para concretização da pretendida contratação, vez que não se trata de registro de preços.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/01/2020, às 16:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20200013
Disponibilização: 17/01/2020
Publicação: 20/01/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Espécie: Extrato da Carta-Contrato n. 01/2020/TRE-RO, assinada em 17/01/2020. Contratada: CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME, CNPJ n. 27.644.518/0001-14. Objeto: Prestação de serviço de confecção de carimbos, além de serviços correlatos, para atender às necessidades da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo – SPEA do TRE-RO. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e Cotação de Preços n. 05/2019-SLC. Vigência: 12 (doze) meses, a contar do dia 02/02/2020, não podendo ser prorrogada. Valor: R\$ 7.595,00. Programa de Trabalho: 02122003320GP0011. Elemento de Despesa: 33.90.30-16. Nota de Empenho n. 2020NE000005, de 13/01/2020. Despacho n. 16/2020 - PRES/DG/GABDG, de 08/01/2020. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor NATAN BATISTA CABRAL. Processo SEI: 0002700-23.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 17/01/2020, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20200013
Disponibilização: 17/01/2020
Publicação: 20/01/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Carta-Contrato n. 01/2020, assinada em 17/01/2019. Contratada: CABRAL FABRICAÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS EIRELI – ME, CNPJ 27.644.518/0001-14. Objeto: Prestação de serviço de confecção de carimbos, além de serviços correlatos, para atender às necessidades da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo – SPEA do TRE-RO. Fundamento: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços n. 05/2019-SLC. Vigência: 12 (doze) meses, a contar do dia 02/02/2020, não podendo ser prorrogada. Valor: R\$ 7.595,00. Programa de Trabalho: 02122003320GP0011. Natureza da Despesa 33.90.30-16. Nota de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Empenho 2020NE000005, de 13/01/2020. Justificativa: Para suprir as necessidades rotineiras do TRE-RO. Declaração de Dispensa em 06/01/2020, Parecer Jurídico 2/PRES/DG/AJDG, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 08/01/2019, Despacho 16/PRES/DG/GABDG, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO. Processo 0002700-23.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 17/01/2020, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.